



ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO "O DISTRITO DE FARO"

(Aprovada na reunião plenária de 13.JUL.2000)

1 - Deu entrada na Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), em 28 de Abril de 2000, um ofício do Instituto da Comunicação Social (ICS) solicitando, ao abrigo do disposto na alínea o) do artigo 4º da Lei nº 43/98, de 6 de Agosto (Lei da AACS), a classificação da publicação periódica "O Distrito de Faro".

Em anexo a este ofício são remetidas cópias dos seguintes documentos:

1.1 - Declaração relativa ao respectivo registo no ICS, sob o número 117194 de 20 de Maio de 1993, no qual consta que é de periodicidade mensal, tem como director João Pires Martins, com a Redacção na Rua de Alportel, 113, Faro, e é propriedade de Algarmédia – Publicações e Publicidade, Lda.

1.2 - Declaração da Direcção da publicação de que esta é posta à venda em todos os concelhos do distrito de Faro e é também distribuída, por assinatura para os seguintes países: Suíça, Venezuela, Brasil, Canadá, Alemanha, Argentina, E.U.A., França e países africanos de língua oficial portuguesa.

1.3 - Acompanham ainda o mesmo ofício um exemplar de cada uma das edições nºs 66, 67 e 68, datadas respectivamente de 5 de Abril, 24 de Abril e 20 Maio de 2000.

O nº 66 insere, na página 2, o seguinte Estatuto Editorial:

"1. 'O Distrito de Faro' é um órgão da imprensa regional de índole informativa geral, regional e nacional.

2. 'O Distrito de Faro' é um órgão da comunicação social, rigorosamente independente dos poderes político, económico ou religioso.

3. 'O Distrito de Faro' cumpre escrupulosamente as Leis vigentes, não consentindo nas suas páginas qualquer notícia afrontosa para as Autoridades legalmente constituídas, ou entidades públicas e privadas.

4. 'O Distrito de Faro' procura contribuir para o desenvolvimento económico e cultural de todo o espaço regional, em benefício das populações em geral.

5. 'O Distrito de Faro' pautará a sua conduta editorial pelo respeito e cooperação com todas as autoridades legalmente instituídas, bem como para com outros órgãos da informação de qualquer índole, no rigoroso cumprimento da ética e regras deontológicas assim como pelo intrínseco respeito pelas Leis de Imprensa.

2 - Uma vez que se edita mensalmente desde 1993 e, de acordo com o nº 1 do artigo 11º Lei de Imprensa (Lei nº 2/99, de 13 de Janeiro), são periódicas "as publicações editadas em série contínua, sem limite definido de duração, sob o mesmo título, abrangendo períodos determinados de tempo", "O Distrito de Faro" é uma publicação periódica.



ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

3 - Ainda a Lei de Imprensa considera publicações portuguesas "*as editadas em qualquer parte do território português (...), sob marca e responsabilidade de editor português(...)*" (artigo 12º). Face aos elementos do respectivo registo, referidos em 1.1, "O Distrito de Faro" é uma publicação portuguesa.

4 - Relativamente ao seu conteúdo, o artigo 13º da mesma Lei, classifica as publicações periódicas como doutrinárias ou informativas.

Explicita o nº 1 do referido artigo que as publicações doutrinárias são "*aquelas que, pelo seu conteúdo ou perspectiva de abordagem, visem, predominantemente divulgar qualquer ideologia ou credo religioso.*"

Acrescenta o nº 2 deste artigo que são informativas "*as que visem predominantemente a difusão de informações ou notícias.*"

Refere ainda o nº 3 do mesmo artigo que são de informação geral as publicações "*que tenham por objecto predominante a divulgação de notícias ou informações de carácter não especializado*" e o nº 4 que são de informação especializada "*as que se ocupem predominantemente de uma matéria, designadamente científica, literária, artística ou desportiva.*"

A partir dos exemplares disponibilizados pelo ICS a esta Alta Autoridade, pode verificar-se que, pela diversidade e tipo de assuntos tratados em artigos, reportagens e entrevistas, a publicação periódica "O Distrito de Faro" apresenta características de informação geral.

5 - Quanto à expansão, o artigo 14º da Lei de Imprensa define como publicações de âmbito nacional "*as que, tratando predominantemente temas de interesse nacional ou internacional, se destinem a ser postas à venda na generalidade do território nacional*" (nº 1), publicações de âmbito regional "*as que, pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais*" (nº 2) e publicações destinadas às comunidades portuguesas no estrangeiro, "*as que, sendo portuguesas nos termos do artigo 12º, se ocupem predominantemente de assuntos a elas respeitantes*" (nº 3).

Dado que aborda predominantemente temas de índole regional e é posta à venda no distrito de Faro, "O Distrito de Faro" é uma publicação de âmbito regional.



ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

6 - Assim, de acordo com o disposto na alínea o) do artigo 4º da Lei nº 43/98, de 6 de Agosto, e ao abrigo das citadas disposições conjugadas da Lei de Imprensa, a Alta Autoridade para a Comunicação Social delibera classificar "O Distrito de Faro" como publicação periódica, portuguesa, de informação geral e âmbito regional.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com votos a favor de José Maria Gonçalves Pereira, Artur Portela, Sebastião Lima Rego, José Garibaldi, Fátima Resende, Rui Assis Ferreira, Maria de Lurdes Monteiro.

Alta Autoridade para a Comunicação Social, em 13 de Julho de 2000

O Presidente

José Maria Gonçalves Pereira
Juiz - Conselheiro

FR-IV/MJB